Cenário Econômico e Social

Maio/2014

SEBRAE

2014. © Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,

constitui violação aos direitos autorais (Lei n° 9.610).

Informações e contatos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Gestão Estratégica – UGE

SGAS 605 – Conj. A – Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70200-645.

Telefone: (61) 3348-7461

Site: www.sebrae.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo

Roberto Simões

Diretor Presidente

Luiz Barretto

Diretor Técnico

Carlos Alberto dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

José Cláudio dos Santos

Unidade de Gestão Estratégica

Gerente

Pio Cortizo

Elaboração e Execução:

Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional – Núcleo de Estudos e Pesquisas

Paulo Jorge de Paiva Fonseca (coordenação técnica)

Sumário

Objetivo **4**

Metodologia **4**

Economia Internacional **5**

Economia brasileira **8**

Oportunidades para as MPE **18**

Conclusão **20**

Painel – Impacto do Cenário Econômico Social na forma de atuação do Sebrae **21**

Objetivo

O presente trabalho nasce da necessidade de se elaborar e manter atualizado um cenário de longo prazo para as micro e pequenas empresas vis-à-vis a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, com o objetivo de subsidiar a elaboração/revisão do Plano Plurianual do sistema SEBRAE e a conseqüente definição de ações estratégicas junto a essas empresas, identificando riscos, oportunidades de melhorias e possibilidade de desenvolvimento de novos programas e produtos.

Metodologia

Este cenário se balizou em dados/informações obtidas em fontes secundárias (IBGE, BACEN, IPEA, MTE, FGV, CNI etc), que disponibilizam, periodicamente, dados sobre importantes variáveis macroeconômicas.

Para efeito de projeção das variáveis macroeconômicas brasileiras, como inflação, câmbio, meta da taxa Selic e PIB, foram consideradas as expectativas dos analistas de mercado (mediana), disponibilizadas no site do Banco Central do Brasil. Para as variáveis macroeconômicas de outros países/blocos econômicos, como o PIB, por exemplo, foram utilizadas as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Este trabalho apresenta um cenário único (mais provável), de longo prazo, para as MPE e sua atualização ocorrerá nos meses de maio e setembro de cada ano.

Economia Internacional

Segundo o Departamento de Comércio do governo norte-americano, o PIB dos Estados Unidos atingiu, em 2013, a cifra de US$ 17,1 trilhões, representando aumento de 1,9% sobre o ano anterior. Embora esse resultado tenha superado as expectativas do FMI, que esperava alta de 1,6%, ficou abaixo do crescimento de 2,8% observado em 2012, e poderia ter sido melhor, não fosse a redução dos gastos públicos e a crise na Europa.

Pesou a favor desse crescimento o consumo pessoal e o aumento das exportações e dos investimentos fixos dos residentes e não residentes.

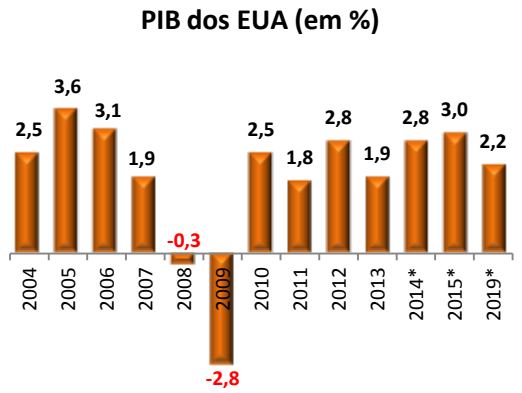
Fato positivo, o entanto, foi o crescimento de 3,2% do PIB daquele país no último trimestre de 2013, puxado pelos gastos das famílias e pelas exportações.

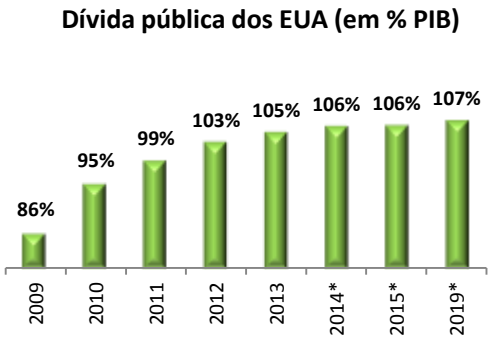
O Federal Reserve – FED (Banco Central americano) deve ampliar a redução dos estímulos monetários, à medida que a economia der sinais mais fortes de recuperação, o que deve ocorrer a partir do segundo semestre de 2014.

O aquecimento da atividade econômica norte-americana faz com que o seu mercado se torne mais atrativo, provocando mudança nos preços dos ativos globais e fuga de capitais de países emergentes, principalmente, uma vez que os investidores preferem investir em economias mais fortes, estáveis e de menor risco, o que deverá manter a trajetória de alta do dólar nos países emergentes, como o Brasil.

O FMI projeta crescimento de 2,8% para o PIB dos EUA, em 2014, com a dívida pública atingindo 106% do PIB do país. Com isso, as perspectivas são de continuidade de recuperação da economia norte-americana, mas em ritmo moderado, neste e nos próximos anos, sem contribuir, de forma significativa, para um crescimento mais robusto da economia mundial.

Gráfico 1





Fonte: FMI (relatório abr/14)
* Projeções

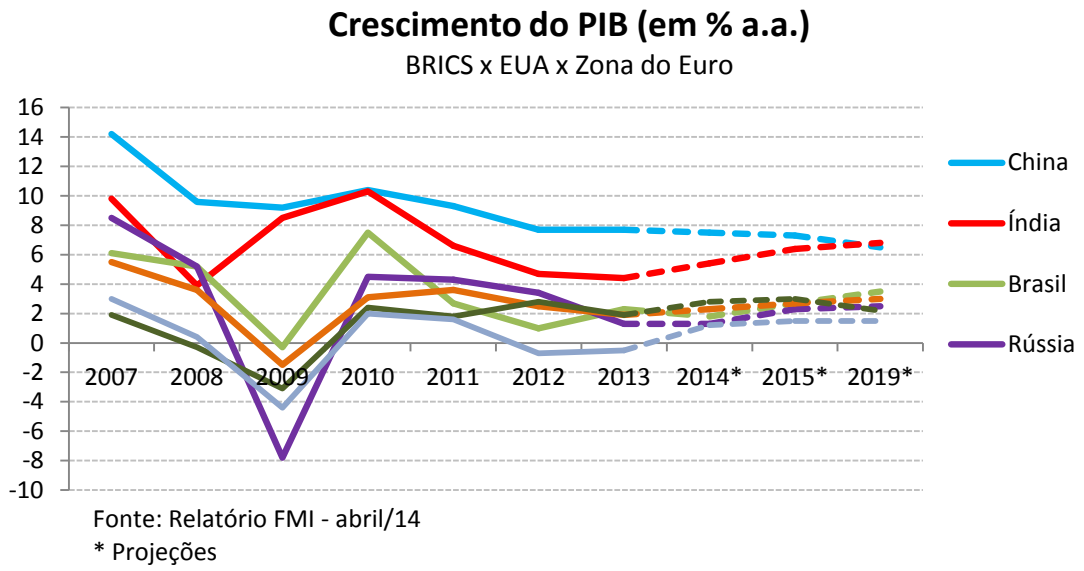
O PIB da Zona do Euro, por sua vez, caiu 0,5% em 2013, segunda queda anual consecutiva.

Os indicadores da Zona do Euro continuam a mostrar incertezas em relação à recuperação da economia da região, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e às contas públicas. Porém, a perspectiva de medidas de estímulo, como a redução das taxas de juros e aumento da compra de ativos, por parte dos bancos centrais europeus desses países, tende a melhorar o cenário traçado para essa região, nos próximos anos.

A China, por sua vez, continua a registrar desaceleração no seu ritmo de atividade, mas o governo vem tentando conter esse movimento com medidas gradativas de estímulo, como a programação de novos gastos em infraestrutura e a facilitação do acesso ao crédito. A desaceleração do ritmo de crescimento da economia desse país já vem afetando negativamente o mercado global ser esse um importante destino das *commodities* da Ásia e da América Latina, incluindo o Brasil, de bens de capital dos EUA e da Europa e de eletrônicos do Japão. E essa situação poderá se agravar, a depender da continuidade e magnitude dessa desaceleração.

O FMI projeta, para 2014, ligeira recuperação do PIB da região do Euro (+ 1,2%), e de 7,5% para o PIB da China, sendo que, em 2015 e 2019, o PIB chinês deve registrar crescimentos menores, de 7,3% e 6,5%, respectivamente, sinalizando continuidade de redução do ritmo de crescimento da segunda maior economia do planeta.

Gráfico 2



Assim, o cenário externo de lenta recuperação da economia dos EUA e europeia, além da desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa, pouco beneficiará o Brasil, principalmente, no tocante às exportações. É provável até que a China continue redirecionando parte de suas exportações para países emergentes, incluindo o Brasil, o que manterá acirrada a concorrência com as empresas brasileiras, tanto no mercado interno brasileiro como no mercado internacional.

Resumo da economia internacional:

- Continuidade de recuperação lenta e gradual da economia dos EUA.
- Perspectiva de ligeira recuperação da economia da Zona do Euro, com o PIB da região devendo fechar 2014 com crescimento de 1,2%.
- Desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa se mantém, com reflexos na economia global, contribuindo para a redução de preços das *commodities*, principalmente, minerais e metálicas.
- Com a retração dos mercados globais, a China deve continuar a direcionar maior quantidade de seus produtos para países emergentes, como o Brasil, acirrando ainda mais a concorrência como os produtos nacionais, interna e externamente.
- Cenário internacional continua fragilizado, pouco contribuindo a economia brasileira, principalmente, no que tange às exportações e preço das *commodities*.

Economia brasileira

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu R$ 4,8 trilhões em 2013, crescendo 2,3% sobre o ano anterior, quando a alta foi de apenas 1,0% ante 2011 (Gráfico 3).

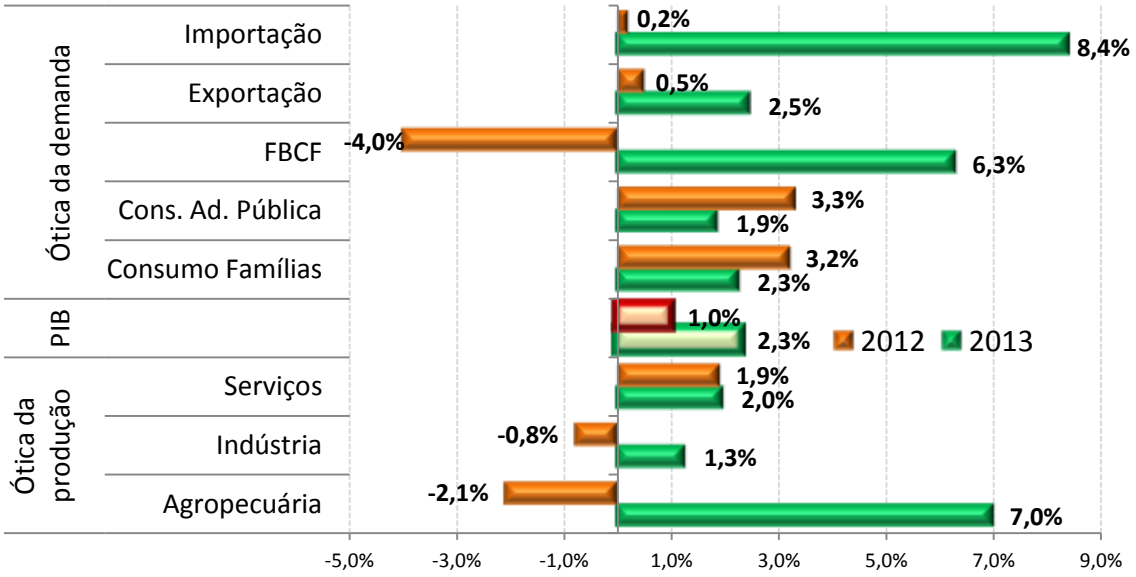
Pela ótica da oferta, destacou-se, em 2013, a Agropecuária, com alta de 7,0% (em 2012, o PIB desse setor experimentou retração de 2,1%), puxada pelo bom desempenho da agricultura, silvicultura e exploração florestal, seguida pela alta de 2,0% no setor de Serviços (+1,9% em 2012) e de 1,3%, na Indústria (-0,8%, em 2012).

No setor de Serviços, sobressaíram-se os Serviços de Informação (+5,3%), Transporte, armazenagem e correio (+2,9%), Comércio (+2,5%), Serviços imobiliários e aluguel (+2,3%) e Administração, saúde e educação pública (+2,1%). Na Indústria, destacou-se a atividade Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (2,9%), alavancada pelo consumo residencial de energia elétrica. A Indústria de Transformação e a Construção Civil cresceram ambas 1,9%.

O destaque negativo ficou com a Extrativa mineral, que acumulou queda de 2,8% no ano, influenciada pela extração de minérios.

O PIB per capita, por sua vez, teve expansão de 1,4%, em termos reais, alcançando R$ 24.065,00.

Gráfico 3 - Desempenho do PIB - 2012 e 2013 (em %)



Fonte: IBGE

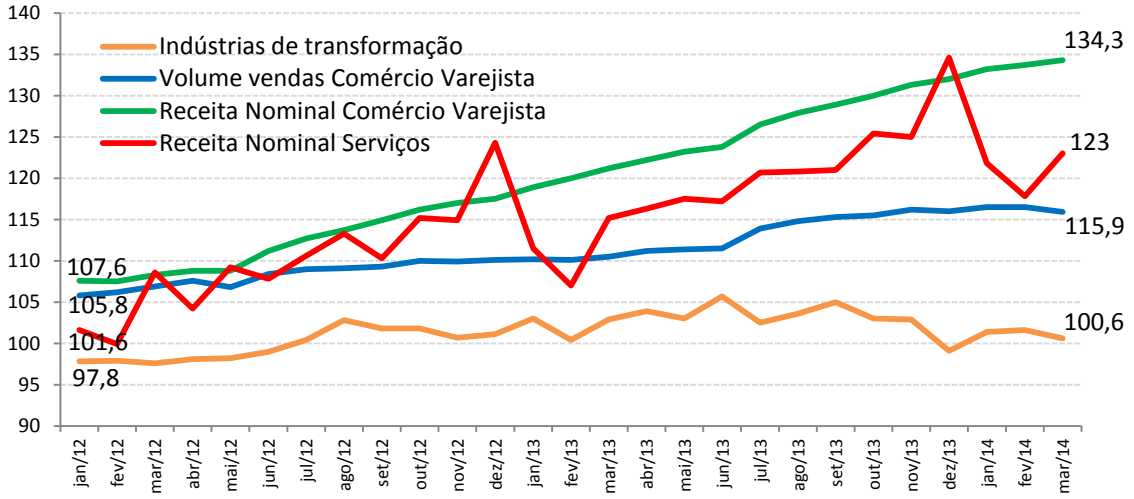
Pelo lado da demanda agregada, destacou-se a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que pode ser entendida como Investimentos, com alta de 6,3%, revertendo a queda de 4,0 % observada em 2012. Já o Consumo das Famílias e da Administração Pública aumentaram 2,3% e 1,9%, respectivamente, menos que em 2012, quando registraram elevações respectivas de 3,2% e 3,3%.

As exportações cresceram 2,5% no acumulado de 2013, enquanto as importações acumularam alta bem mais expressiva, de 8,4%.

De janeiro/2012 a março/2014, houve significativa recuperação das receitas nominais dos Serviços e do Comércio Varejista, destacando-se a desse último, enquanto a produção da Indústria de Transformação pouco variou no período (gráfico 4).

Gráfico 4 - Desempenho da Indústria, Comércio e Serviços

(Número índice - Indústria: média de 2012 = 100; Comércio e Serviços: média de 2011 = 100)



Fonte: IBGE

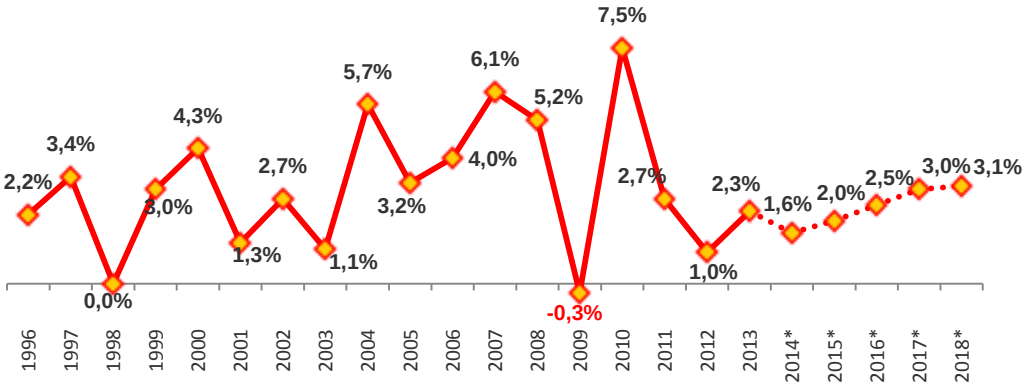
A menor elevação do Consumo das famílias, em 2013, deve-se, em grande parte, ao aumento do nível de endividamento da população e às sucessivas elevações das taxas de juros, e indica também que o modelo de crescimento da economia brasileira, baseado no aumento do consumo, vem se esgotando. Por outro lado, os aumentos nas receitas do Comércio e dos Serviços mostram que esses setores ainda estão conseguindo se beneficiar do crescimento do consumo, mesmo que modesto. Já a produção industrial brasileira não tem alavancado, em função de fatores como a forte concorrência com os produtos importados e queda da produtividade.

Os Investimentos, por sua vez, responderam pela metade da variação do PIB em 2013 e foram impulsionados, em grande parte, pelos Programas de Investimento em Logística, pelo programa Minha Casa Minha Vida, além do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

O PIB do primeiro trimestre de 2014, por sua vez, registrou alta de 0,2% sobre o trimestre anterior. Puxou esse crescimento a Agropecuária (+3,5%) e os Serviços (0,4%), enquanto a Indústria recuou 0,8%. Em relação ao PIB do mesmo período do ano passado, houve aumento de 1,9%, com a Agropecuária crescendo 2,8%, os Serviços, 2,0%, e a Indústria, 0,8%.

Diante desse quadro, analistas do mercado financeiro prospectam crescimento de 1,6% para o PIB em 2013, devendo apresentar elevações maiores nos próximos anos.

Gráfico 5 - Evolução do PIB (em %)



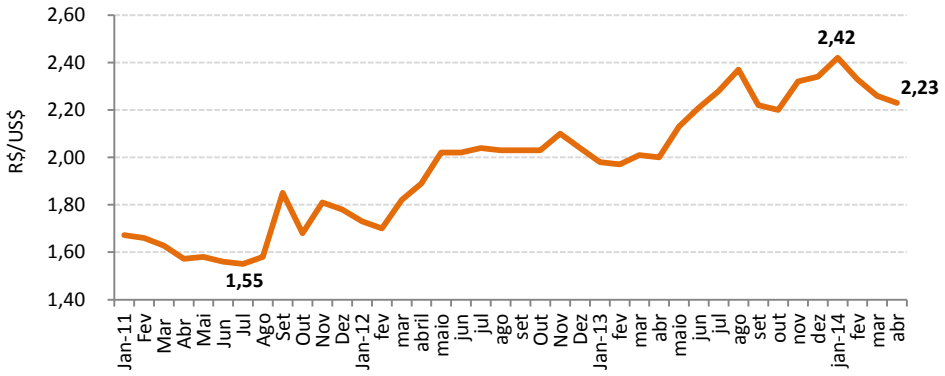
Fonte: IBGE

* Projeções: BACEN - Boletim Focus (16.05.2014)

CÂMBIO

Após ter se apreciado em 2011, o dólar voltou a se valorizar em relação ao real, chegando a atingir R$ 2,42, em janeiro deste ano. Entretanto, em abril, já retornou para o patamar de R$ 2,23 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa de câmbio - dólar compra, fim do período



Fonte: BACEN

Esse novo patamar de taxa de câmbio tende a beneficiar a indústria nacional, principalmente, os setores que vinham sofrendo forte concorrência com produtos importados, como o Têxtil e Confecções, por exemplo. Com a redução dos custos (desonerações fiscais, redução do custo com energia elétrica etc) e o câmbio mais favorável a esses setores, as empresas poderão direcionar um volume maior de investimentos para inovação, com vistas a buscarem melhoria de processos e diferenciação/diversificação de seus produtos, obtendo, assim, maior competitividade.

Analistas do mercado financeiro prospectam dólar a R$ 2,45 ao final de 2014 e a R$ 2,51, ao final de 2015.

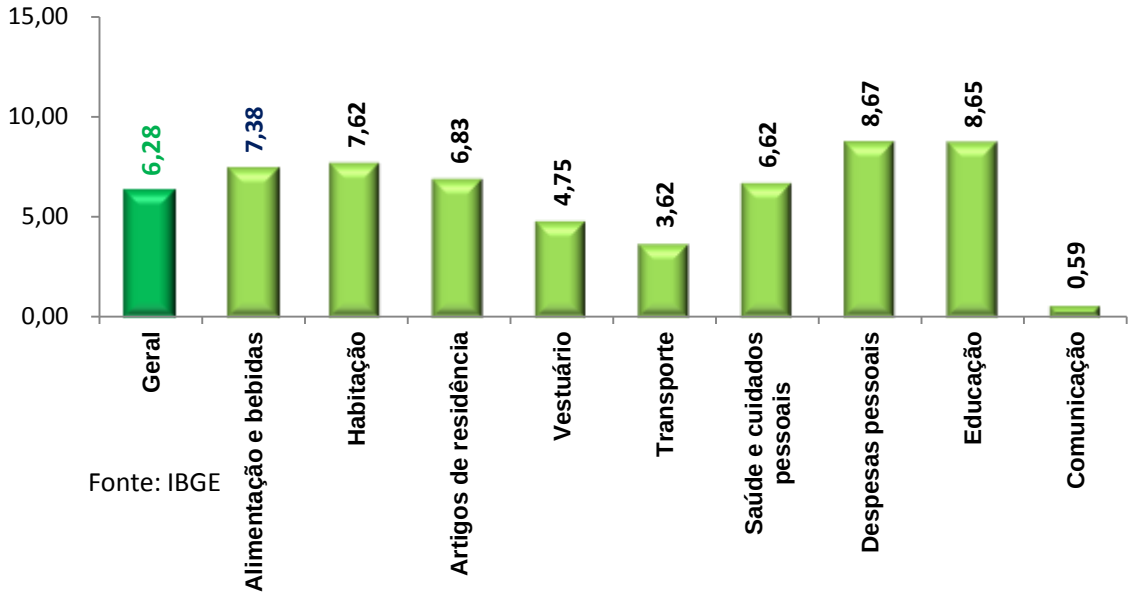
Ressalte-se, no entanto, que desvalorizações cambiais, embora beneficiem as empresas exportadoras e a indústria nacional, tendem a majorar os custos das empresas que utilizam insumos importados em seus processos produtivos, podendo ocasionar repasses de parte desses aumentos de custo ao longo de cadeias produtivas, pressionando os índices de inflação.

INFLAÇÃO

Segundo o IBGE, o IPCA acumulado nos doze últimos meses até abril de 2014 ficou em 6,28%, permanecendo acima da meta de 4,5% definida para este ano.

Esse índice de inflação foi puxado pelos grupos "Despesas Pessoais" (+8,67%) e "Educação" (+8,65%), como pode ser observado no Gráfico 7, a seguir.

Gráfio 7 - IPCA - taxa (%) acumulada em 12 meses até abril/14, por grupo

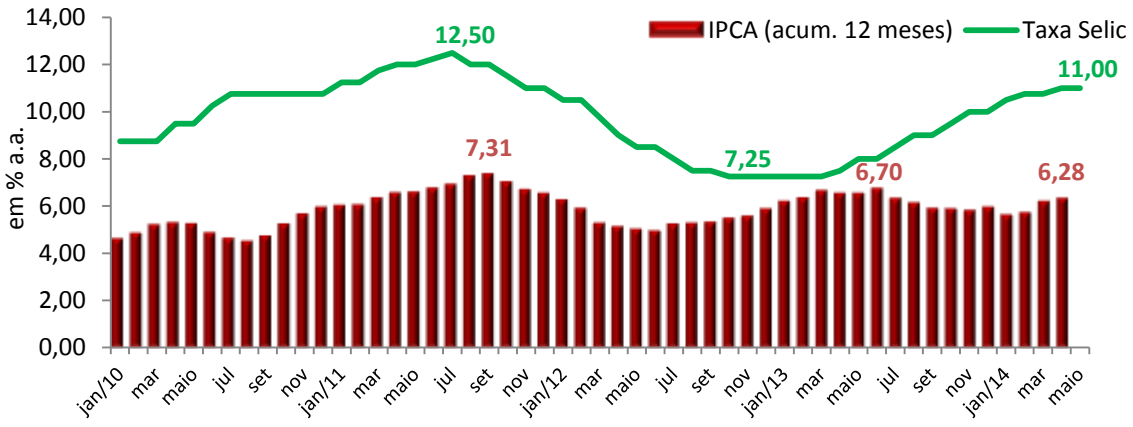


Fonte: IBGE

A inflação acumulada nos últimos doze meses até abril do grupo "Alimentação e Bebidas" foi de 7,38%, puxada pelos preços de produtos como Frutas e Hortaliças e Verduras, que chegaram a acumular alta de 16,5% e de 15,2%, respectivamente, nesse período. Mas são os grupos "Despesas Pessoais" e "Educação" que vêm puxando a inflação, acumulando elevações nos preços de, respectivamente, 8,67% e 8,65%, nos últimos doze meses até abril.

Com o objetivo de conter a crescente (e resistente) alta de preços, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) elevou, em abril, pela nona vez consecutiva, a taxa básica de juros (Selic), de 10,75% ao ano para 11,00% ao ano.

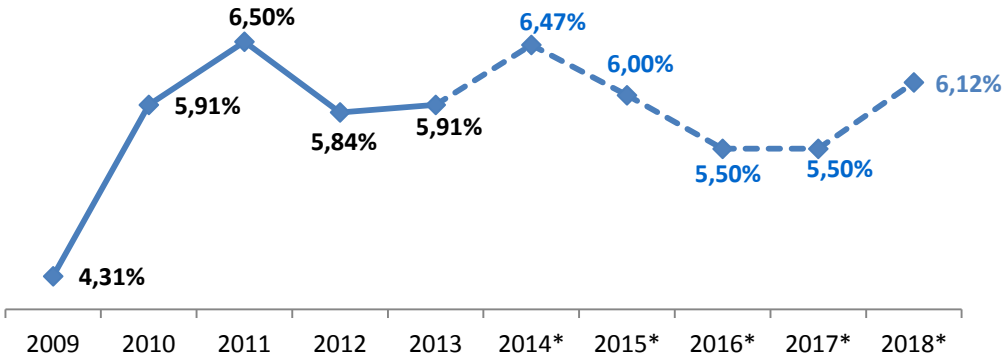
Gráfico 8 - Inflação (IPCA acum. 12 meses) X Taxas de juros (Selic)



Fonte: IBGE e Bacen

A expectativa dos analistas do mercado financeiro, segundo o Boletim Focus do Banco Central, é de que o IPCA feche 2014 em 6,47%, acima do patamar verificado em 2013 e próximo ao teto da meta (6,5%), voltando a se reduzir nos anos seguintes, com repique em 2018 (Gráfico 9).

Gráfico 9 - IPCA - Variação anual (%)



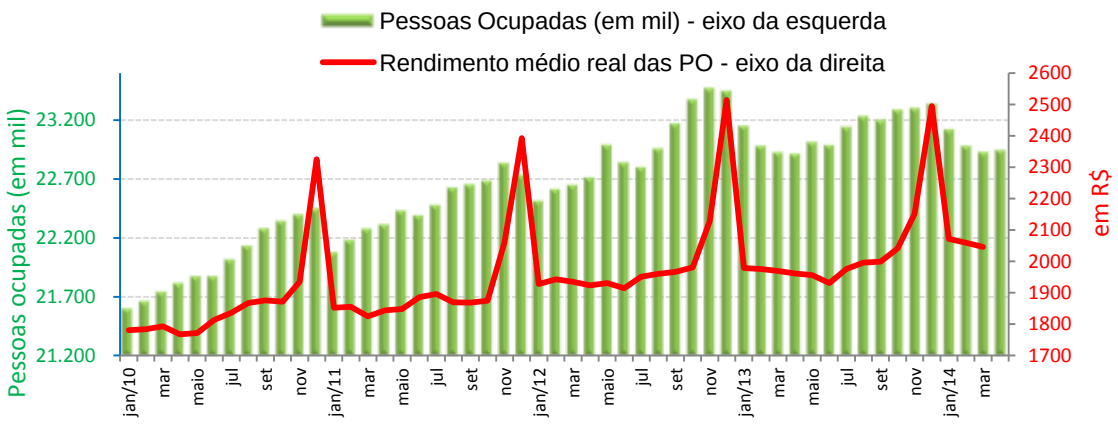
Fonte: IBGE
* Projeções: Bacen - Boletim Focus de 23.05.14

EMPREGO E RENDA

O ritmo de crescimento da quantidade de pessoas ocupadas vem perdendo força desde 2013. Nos primeiros meses de 2014, esse indicador mostra certa acomodação, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do ano anterior. Já o rendimento médio real do trabalhador iniciou 2014 em um nível maior que o observado no ano passado, quando ficou estável em relação a 2012 (Gráfico 10).

Fato positivo é constatar que, desde 2013, a geração líquida de postos de trabalho vem sendo impulsionada pelos pequenos negócios, enquanto as médias e grandes empresas têm demitido mais do que contratado, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, divulgado pelo MTE).

Gráfico 10 - Pessoas ocupadas X Rendimento médio real



Fonte: IBGE
Obs.: Os dados se referem a pessoas com 10 anos ou mais ocupadas e ao rendimento médio nominal referentes às regiões metropolitanas das cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Tem contribuído também para o aumento do rendimento médio real das pessoas ocupadas, a política de reajuste do salário mínimo, que considera a taxa de crescimento do PIB de dois anos antes do reajuste, acrescida da inflação do ano precedente.

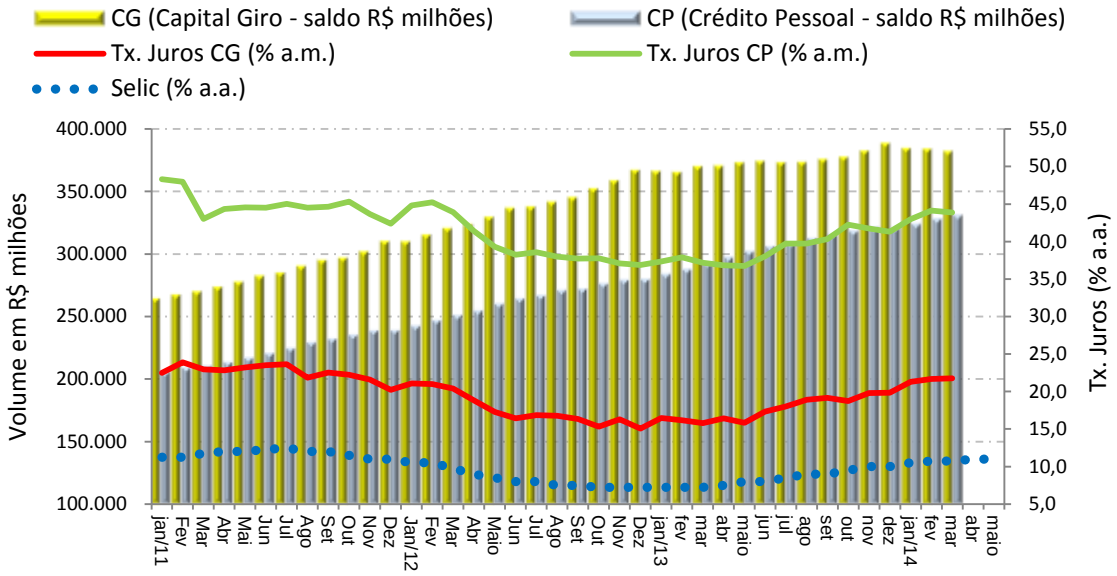
Porém, com o desempenho mais fraco do PIB, desde 2012, os reajustes reais do salário mínimo tendem a ser menores, o que certamente contribuirá para a redução do consumo. Paralelamente, os reajustes reais de salários dos trabalhadores, em geral, não atrelados ao salário, também têm sido menores. Além disso, dois outros fatores que têm agido no sentido de inibir o consumo são os aumentos das taxas de juros e o nível de endividamento da população.

TAXAS DE JUROS E CRÉDITO

Após ter sofrido nove aumentos consecutivos (de abril/2013 a abril/2014), a taxa básica de juros da economia (Selic) foi mantida em 11% pelo Comitê de Política Econômica do Banco Central (COPOM), em sua última reunião (maio/2014). Esses aumentos tiveram por objetivo conter o consumo e, por conseguinte, a inflação, uma vez que tendem a provocar encarecimento das operações de crédito bancárias, em geral.

Pelo Gráfico 11, a seguir, pode-se perceber, a título de exemplo, aumentos contínuos nas taxas de juros do crédito pessoal (para pessoa física) e do capital de giro (pessoa jurídica), pelo Sistema Financeiro Nacional. O saldo da carteira de crédito dos bancos, referente ao crédito pessoal, continua crescente, mas o saldo referente a operações de capital de giro, mostra certa estabilidade. Com o aumento da inadimplência, os bancos tornaram-se mais seletivos nas concessões de crédito, dificultando o acesso ao crédito para os interessados.

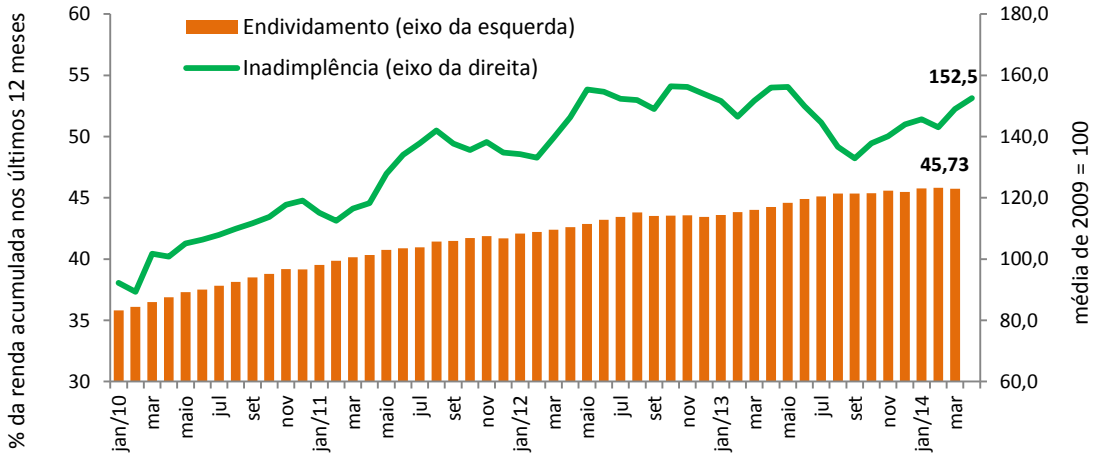
Gráfico 11 - Saldo de Crédito (CG e CP) X respectivas Taxas de juros X Selic



Fonte: Bacen

O nível de endividamento das famílias no Sistema Financeiro Nacional continua crescente, tendo atingido, em março/2014, 45,73% da renda acumulada por elas nos últimos 12 meses. Já a inadimplência do consumidor, embora tenha se reduzido em meados de 2013, voltou a subir, retornando aos elevados níveis de 2012 e inicio de 2013 (Gráfico 12).

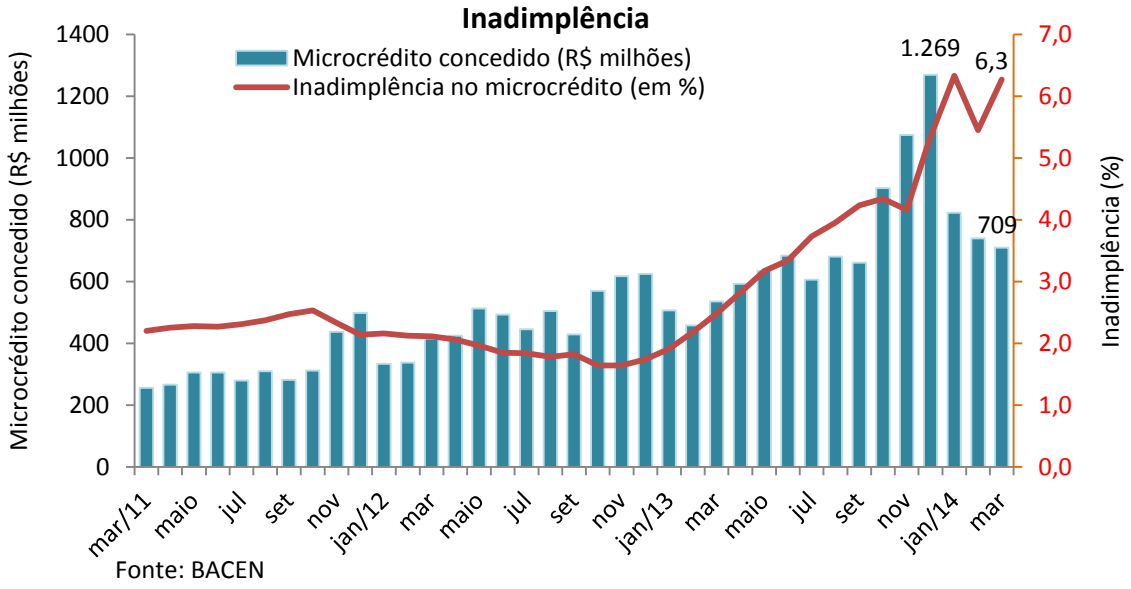
Gráfico 12 - Endividamento X Inadimplência



Fontes: Bacen (endividamento) e Serasa (Inadimplência)

O volume de microcrédito direcionado a microempreendedores, pelo sistema financeiro, também cresceu de forma significativa, principalmente, ao final de 2013, mas neste ano já retoma aos níveis de meados do ano passado. Já a inadimplência nessa linha também registrou aumento expressivo, e permanece em níveis elevados, na faixa de 6,3% (Gráfico 13).

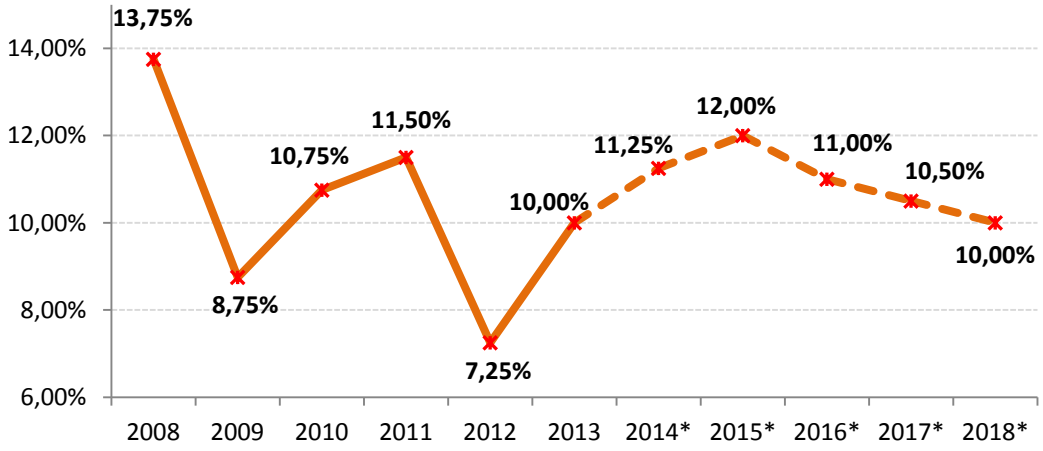
Gráfico 13 - Microcrédito concedido a microempreendedores X Inadimplência



Fonte: BACEN

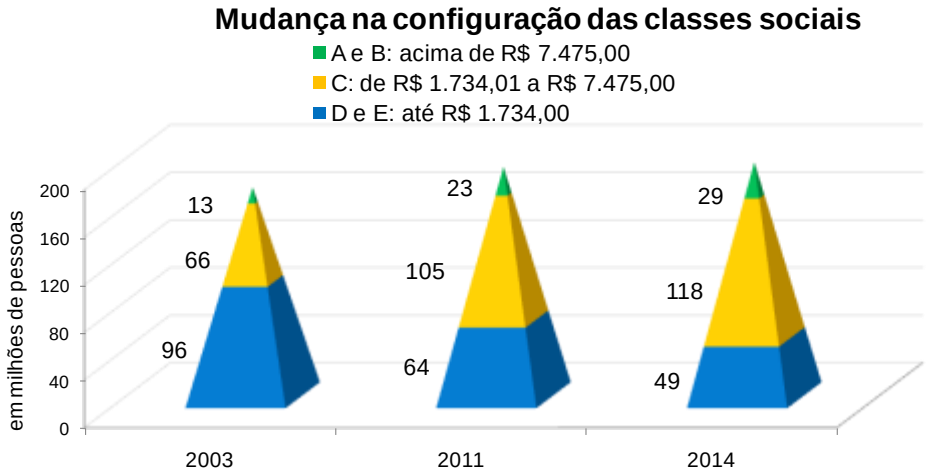
Segundo o Boletim Focus do Banco Central, analistas do mercado financeiro prospectam aumento da taxa básica de juros (Selic), que deve fechar 2014 em 11,25% a.a., aumentando ainda mais em 2015 (12,00% a.a.), só voltando a cair em 2016.

Gráfico 14 - Taxa Selic (% a.a.) - Projeções



Fonte: Bacen
*Projeções analistas financeiros - Boletim Focus (23.05.14)

Fato positivo foi constatar que houve migração de 32 milhões de consumidores, das classes D/E para a classe C, entre 2003 e 2011, o que fez com que os consumidores desta classe passassem a representar mais da metade da população (54%). Trata-se de uma mudança estrutural, que alterou o perfil de consumo do brasileiro. Esses 32 milhões de “novos” consumidores passaram a demandar produtos e serviços que antes não demandavam. A continuar esse ritmo, a perspectiva é de que, neste ano, a classe C passe a representar 58% do total de consumidores, com a migração de mais 15 milhões de pessoas, provenientes das classes D/E.



Fonte: Centro de Políticas Sociais (FGV)

Apesar dessas estimativas otimistas para o crescimento da classe “C”, o menor ritmo de elevação da massa salarial pode anular, parcialmente, o efeito positivo que o aumento da classe “C” venha a causar na economia.

POLÍTICA FISCAL

Para tentar minimizar as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial e proporcionar maior competitividade às empresas do setor, o Governo lançou, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior (PBM), focando mais especificamente os setores que vinham enfrentando forte concorrência com os produtos importados.

Uma das principais medidas contempladas no PBM foi a desoneração da folha de salários com a substituição da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento, por uma alíquota de 1,0% ou 2,0% sobre o faturamento das empresas, dependendo do setor. Essa medida, que abarca atualmente 56 setores da economia, teria validade até o final deste ano, mas o governo decidiu torná-la permanente. Destaque-se que essa decisão representa uma renúncia fiscal da ordem de R$ 21,6 bilhões, por ano.

No início de 2014, o governo havia anunciado corte de R$ 44 bilhões nas despesas, preservando-se, no entanto, os gastos previstos para os setores de saúde, educação, desenvolvimento social e ciência, tecnologia e inovação, já com a intenção de cumprir a meta de superávit primário de R$ 99 bilhões (1,9% do PIB), definida para este ano.

Pelo menos, no primeiro quadrimestre de 2014, a meta estipulada para o período (de R$ 28 bilhões) foi cumprida, tendo em vista que o governo central (União, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R$ 29,6 bilhões.

Apesar do esforço do governo, o risco de a meta de superávit primário não ser atingida este ano persiste, considerando a elevação dos gastos públicos e a perspectiva de redução das arrecadações, em função de uma atividade econômica mais retraída.

Resumo do cenário nacional:

- A taxa básica de juros (Selic) saiu de 7,25% (março/2013) para 11% a.a. (abril/2014) e deverá permanecer em patamar elevado neste ano, chegando em 11,25% a.a. e em 2015 (12% a.a.), só voltando a cair a partir de 2016.
- Crédito para capital de giro das empresas mostra certa estagnação, o que pode estar associado ao aumento da inadimplência, fazendo com que os bancos se tornem mais seletivos na concessão do crédito.
- Inflação (IPCA) permanece elevada, próxima ao teto da meta (6,5%) e deve fechar 2014 em 6,47%, segundo expectativas dos agentes financeiros, caindo a partir de 2015, com repique em 2018.
- Meta de superávit primário para o setor público consolidado este ao (1,9% do PIB) corre o risco de não ser atingida, em função das desonerações fiscais, aumento dos gastos públicos e perspectiva de redução da receita, com arrefecimento da atividade econômica.
- Taxa de câmbio (RS/US$) tende a continuar desvalorizada, favorecendo a indústria nacional e os exportadores. Mas, por outro lado, penaliza os importadores de insumos e pode pressionar os índices de inflação.
- Investimentos devem continuar puxando o crescimento do PIB, neste e nos próximos anos, com menor participação do Consumo das famílias, tendo em vista o elevado nível de endividamento e inadimplência da população.
- Pela ótica da oferta (produção), o setor de Serviços, que inclui o Comércio, continuará a dar sustentação ao PIB do país nos próximos anos, com ligeira recuperação da Indústria.
- Desoneração (INSS) sobre folha de pagamento para 56 setores, de caráter permanente, somada à redução das tarifas de energia elétrica, tende a minimizar os custos de produção das empresas brasileiras, aumentando suas competitividades frente a produtos importados.
- Analistas do mercado financeiro prospectam elevação de 1,6% para o PIB em 2014, devendo registrar taxas pouco maiores nos anos seguintes, chegando a 2017 e 2018 com crescimento em torno de 3,0%.

Oportunidades para as MPE

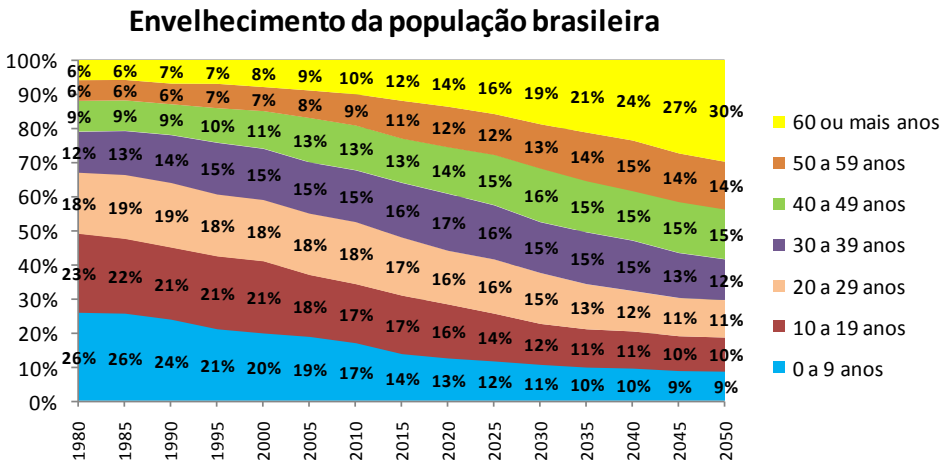
A Copa do Mundo de Futebol (junho e julho de 2014) e os Jogos Olímpicos (2016) devem proporcionar grandes oportunidades para os pequenos negócios no país. Só o impacto da Copa do Mundo na economia brasileira, por exemplo, está estimado em R$ 142 bilhões (Ernst & Young, 2010).

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Sebrae aponta que a Copa do Mundo tende a beneficiar, mais diretamente, nove setores, por conta dos investimentos antes, durante e depois do evento. São eles:

- Construção civil;
- Tecnologia da informação;
- Turismo;
- Produção associada ao turismo;
- Comércio varejista;
- Serviços;
- Vestuário;
- Madeira e móveis; e
- Agronegócio.

Além dos investimentos previstos para os eventos esportivos, o Governo Federal aponta para a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se soma aos investimentos que serão realizados pelos setores público e privado, em decorrência da descoberta do petróleo da camada Pré-Sal. Só a Petrobras pretende investir R$ 87 bilhões até 2016 no Pré-Sal. Junto com os investimentos, surgem inúmeras oportunidades para pequenos negócios na cadeia produtiva do petróleo e em atividades diversas em regiões de grandes obras.

Projeta-se também, para os próximos anos, forte transformação da composição etária da população brasileira, o que sinaliza novas oportunidades de negócios a serem oferecidos para o público de faixa etária igual e superior a 60 anos, cuja representatividade na população será cada vez maior, atingindo 30% em 2050 (o triplo da representatividade atual).



Fonte: IBGE - dados obtidos em mar-11

O quadro, a seguir, consolida os principais eventos, programas e projetos previstos para este e próximos anos no país, sendo que alguns deles já estão em andamento. Especifica ainda os setores envolvidos e os respectivos volumes de recursos correspondentes aos investimentos e às desonerações fiscais, o que pode ser entendido como uma janela de oportunidade para as empresas que atuam ou que venham a atuar nesses setores.

Quadro de oportunidades para os pequenos negócios

Eventos	Ano	Setores	Investimentos/desonerações (estimativas)
Copa do Mundo	2014	Construção civil, turismo, TIC, Comércio varejista, Serviços, Vestuário, Madeira e móveis e Agronegócios	R$ 142 bilhões
Olimpíadas (RJ)	2016	Idem acima	R$ 30 bilhões
Internet	longo prazo	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), *e-commerce* e web 2.0	ND
Petrobras (Pré-sal)	até 2016	cadeia produtiva do petróleo	R$ 87,4 bilhões
PAC 2	de 2011 a 2014	Logística	R$ 158 bilhões
		Energia	R$ 466,3 bilhões
		Social e Urbano (Bolsa família, Minha Casa Minha Vida etc)	R$ 365,1bilhões
		Total	**R$ 989,4 bilhões**
Desonerações fiscais (INSS sobre a folha de pagamento)	2013 e 2014	Construção civil, Bens de capital, Material elétrico, Têxteis e confecções, Couros e calçados, Plásticos, Móveis, Fabricação de aviões, Fabricação de navios, Fabricação de ônibus, Aves, suínos e derivados, Pescados, Pães e massas, Fármacos e medicamentos, Autopeças, Equip. médicos e odontológicos, Bicicletas, Pneus e câmaras de ar, Papel e celulose, Vidros, Fogões, refrigeradores e lavadoras, Cerâmicas, Pedras e rochas ornamentais, Tintas e vernizes, Construção metálica, Equipam. ferroviário, Fabricação de ferramentas, Fabricação de forjados de aço, Parafusos, porcas e trefilados, Brinquedos, Instrumentos óticos, Call Centers, Design houses, Hotéis, TI e TIC, Suporte técnico de informática, Manutenção e reparação de aviões, Aéreo, Marítmo, fluvial e navegação de apoio, Rodoviário coletivo, Comércio varejista.	R$ 16 bilhões (2013) e R$ 24 bilhões (2014)
Programa de Investimento em Logística: Rodovias e Ferrovias	2013 a 2017	Construção civil pesada	R$ 79,5 bilhões

Conclusão

O crescimento da economia brasileira continuará mais atrelado ao dinamismo do mercado interno do que do mercado internacional, tendo em vista o lento processo de recuperação da economia americana e dos países que integram a Zona do Euro e a desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa.

Embora as *commodities* agropecuárias, minerais e metálicas devam continuar a ser representativas na pauta de exportação brasileira, seus preços não devem apresentar aumentos significativos, em função do desaquecimento da economia global.

Diante desse quadro, as perspectivas para as empresas exportadoras brasileiras não são tão otimistas quanto se desejaria, em que pese o novo patamar do câmbio (real mais desvalorizado em relação ao dólar). Já as empresas que atuam predominantemente no mercado interno tendem a se beneficiar mais da atual taxa de câmbio e das desonerações fiscais, que objetivam aumentar a competitividade dessas empresas frente aos produtos importados.

Os aumentos reais menores da renda do trabalhador, associado ao menor crescimento do mercado de trabalho, ao aumento do nível de endividamento da população e da inadimplência do consumidor, deve agir no sentido de reduzir o consumo, contribuindo cada vez menos com o crescimento do PIB, pela ótica da demanda agregada.

Apesar do cenário pouco favorável, oportunidades para os empreendedores (e futuros empreendedores) de pequenos negócios continuarão a surgir, podendo-se destacar os eventos esportivos, como a Copa do Mundo, neste ano, as Olimpíadas, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro, assim como os programas e projetos da cadeia do petróleo e gás e tantos outros que envolvem grandes volumes de investimentos, em diversos setores da economia.

Dado esse cenário, seria de se esperar que as empresas procurassem investir mais em inovação e sustentabilidade, pois assim teriam condições de buscar melhorias em processos e diferenciação/diversificação de seus produtos/serviços, o que contribuiria significativamente para o aumento de suas competitividades frente aos concorrentes externos, mais precisamente.

Painel – Impacto do Cenário Econômico Social na forma de atuação do Sebrae

	Cenário prospectivo: Principais Tendências	Ameaças/Oportunidades para as MPE	Oportunidades para atuação do Sebrae	Programas associados
Nacional	> Maior participação dos Investimentos no PIB.	> Aumento da participação das MPE nas cadeias produtivas setoriais, principalmente, na área de infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos etc) e na Construção civil.	> Reforço/ampliação dos projetos de atendimento, ou seja, com abordagem territorial e setorial: Setorial; Setor-segmento; Encadeamento produtivo (cadeia produtiva do Petróleo e Gás, por exemplo) e desenvolvimento territorial.	SEBRAETEC; ALI; SEBRAE MAIS e NEGÓCIO A NEGÓCIO; TERRITÓRIO DA CIDADANIA, NA MEDIDA.
	> Crescimento moderado do PIB (entre 1,6% e 3,0%). > Ingresso de 15 milhões de novos consumidores na classe C, provenientes das classes D/E, em 2014. > Indústria: Maior concorrência interna, tanto com produtos importados quanto nacionais. > Serviços: Desempenho melhor que a indústria, mas com tendência de taxas de crescimento menores. > Consumo das famílias em ritmo menor, em função da redução da renda real e do elevado nível de endividamento/inadimplência da população. > Elevação das taxas de juros. > Reajustes reais (acima da inflação) de salários continuam, mas em ritmo menor. > Taxa de câmbio mais desvalorizada (oscilando entre R$ 2,20 e R$ 2,50 por dólar).	> Aumento da concorrência interna. > Aumento dos Investimentos em Inovação e/ou diferenciação de serviços e produtos e em Sustentabilidade, para recuperar competitividade. > Redução da receita das empresas. > Custos (operacionais e financeiros): Se, por um lado, taxas de juros mais elevadas e aumento real dos salários agem no sentido de elevar os custos das empresas, por outro, as desonerações fiscais e redução no preço da energia tendem a reduzí-los. > Taxa de câmbio desvalorizada: > Encarecimento dos preços dos insumos/bens importados tende a beneficiar a indústria nacional, que produz bens similares, mas penaliza as empresas que comercializam esses bens importados ou os utilizam em seus processos produtivos. > Aumento da competitividade para o exportador.	> Ampliação de ações voltadas a investimentos em inovação e/ou diferenciação de produtos. > Desenvolvimento de soluções orientadas para as necessidades atuais e futuras das MPE. > Maior conscientização dos empreendedores para adoção de ações voltadas à sustentabilidade. > Capacitação do empreendedor para um melhor gerenciamento financeiro do seu negócio (fluxo de caixa). > Apoio à capacitação de empresas no processo de internacionalização.	SEBRAETEC; ALI; SEBRAE MAIS; NEGÓCIO A NEGÓCIO; TERRITÓRIO DA CIDADANIA; NA MEDIDA; SEI.
	> Gastos públicos devem permanecer em níveis elevados	> Continuidade de aumento das compras governamentais com maior participação das MPE.	> Maior participação das MPE nas Compras Governamentais. > Aprofundamento do processo de implementação da Lei Geral das MPE nos municípios.	SEBRAETEC; ALI; SEBRAE MAIS; NEGÓCIO A NEGÓCIO; TERRITÓRIO DA CIDADANIA.
	> Eventos esportivos: Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas no Rio de Janeiro (2016).	> Serviços: Turismo (hospedagem, bares e restaurantes, operadoras e agências de turismo, organizadores de eventos e outros); Economia criativa (souvenir, cultura, entretenimento, gastronomia como identidade culinária local); Serviços em geral Tecnologia da informação; Cursos de línguas estrangeiras. > Indústria: Construção civil, Madeira e Móveis, Moda (Têxtil e confecções, couro e calçados, gemas e jóias). > Comércio: Comércio Varejista; Artesanato. > Agronegócios: Apicultura, Cafeicultura, Cachaça, Floricultura, Fruticultura, Mandiocultura, Suinocultura, Vitivinicultura.	> Ampliação de projetos com abordagem setorial e territorial: Setorial, Setor-segmento e Territorial, nas cidades onde ocorrerão esses eventos e nas cidades circunvizinhas. > Participação em feiras de negócio e rodadas de negócio	SEBRAE 2014; SEBRAE MAIS; NEGÓCIO A NEGÓCIO.
	> Aumento expressivo do número de Microempreendedores Individuais (MEI), devendo superar o número de Micro Empresas (ME), já em 2015. > Quantidade de Micro e pequenas empresas tende a crescer de forma vegetativa, acompanhando o crescimento da população.	> Inclusão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). > Emissão de Notas Fiscais. > Auxílio maternidade, Auxílio doença e Aposentadoria pelo INSS. > Facilidade na abertura de conta bancária e obtenção de empréstimo bancário. > Isenção de tributos federais e pagamento de valor fixo mensal: R$ 34,90 (comércio ou indústria), R$ 38,90 (prestação de serviços) ou R$ 39,90 (comércio e serviços), atualizados anualmente com base no salário mínimo. > Aumento da concorrência. > Aumento da inadimplência.	> Aumento do atendimento/capacitação desse público. > Desenvolvimento de soluções específicas para os MEI, incluindo cursos/treinamentos para melhor gerenciamento financeiro do seu negócio, sem desprezar o atendimentos às micro e pequenas empresas, que continuarão a crescer e a demandar os produtos e serviços do Sebrae.	NEGÓCIO A NEGÓCIO; TERRITÓRIO DA CIDADANIA; SEI e NA MEDIDA.
	> Aumento da expectativa de vida da população. > Envelhecimento da população brasileira	> Turismo; Clínicas médicas, de fisioterapia, de estética, de repouso, serviços de enfermagem/cuidadores(as) etc.	> Reforço/ampliação dos projetos com abordagem setorial: Setorial; Setor-segmento e Encadeamento produtivo. > Elaboração de estratégias específicas para os setores e segmentos que se beneficiarão com essa tendência.	SEBRAETEC; ALI; SEBRAE MAIS.
Internacional	> Cenário internacional: ● Economia dos EUA em lenta recuperação; ● Desaceleração da economia chinesa; ● Lenta recuperação dos países da Zona do Euro. ● Mercados emergentes continuarão a puxar o crescimento da economia mundial, mas crescerão menos.	> Redução das exportações, em volume e valor (menor demanda mundial e queda de preço das *commodities)*. > Busca de mercados alternativos (emergentes), como, por exemplo, Ásia, Norte da Áfria, Oriente Médio e América Latina. > Aumento da concorrência externa.	> Melhor capacitação das empresas voltadas à exportação (redução de custos, investimentos e redirecionamento de mercado). > Maior divulgação e utilização dos produtos da Unidade de Acesso e Inovação e Tecnologia (UAIT)	SEBRAE MAIS (Planejando para internacionalizar)